

**SERIA O BOLSONARISMO A EXPRESSÃO BRASILEIRA DO NEOFACISMO?**

Resenha do livro: PINHEIRO, Milton; PERICÁS, Luiz. B.; MAZZEO, Antonio. C. (Orgs.)

**Neofascismo, Autocracia e Bonapartismo no Brasil.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2022.

**Leonardo Silva Andrada**

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Professor Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0939-1151>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1696174803437528>

Da antiguidade à aurora da era moderna, o pensamento político devotou atenção cuidadosa ao senso de oportunidade, como elemento de grande relevância para a ação política bem-sucedida. Em Aristóteles, Políbio e Maquiavel, são reiteradas as advertências quanto à necessidade de o agente político desenvolver uma refinada técnica para a leitura do cenário em que as forças se batem, pois é com essa capacidade que ele traça o curso e define, de maneira inequívoca, o momento adequado da ação. O tempo em que vivemos não deixa espaço para vacilações – em qualquer de suas acepções – e se as condições concretas imprimem um ritmo acelerado na dinâmica política, reclamando uma atuação consequente, continua válido o conselho dos clássicos. Intimamente associada a esta primeira urgência, está a necessidade de reflexão sobre o processo político vivido, de forma que a análise da conjuntura cumpra sua dialética função de partir do concreto, fazer-se teoria, e retornar ao concreto na forma de orientação da prática. Do contrário, torna-se exercício diletante de quem se descompromissa do mundo, alheio à ancestral lição da consagrada décima primeira tese. O conjunto de escritores dessa coletânea, atentos a essa e outras imprescindíveis orientações teóricas de mesma linhagem, seguem a melhor tradição marxista de “análise concreta da situação concreta”, e nos oferecem um conjunto de escritos sobre o tempo presente que, lastreados em robusta reflexão teórica, são capazes de iluminar, de forma abundante, os traços mais marcantes do fenômeno contemporâneo da extrema direita. Cumprindo essa tarefa, fornecem elementos para um debate subsidiário – mas nem por isso menor – de interpretação da expressão brasileira desse processo internacional, de recrudescimento da luta de classes

e das manifestações violentas de exercício do poder. Cotejando a fina análise do momento com as expressões históricas do fascismo, avaliando criticamente o que resulta, à luz dos fundamentos da teoria marxista e dos elementos fornecidos por clássicos, os autores nos orientam através da discussão quanto à pertinência (ou não) do uso da categoria *fascismo* e seus derivados, para lidar com o bolsonarismo, na forma movimento, na forma governo ou na forma Estado.

Como já nos chamou atenção um dos autores, em outra de suas obras, uma formação social é uma expressão concreta particular de um modo de produção que é seu correspondente universal<sup>1</sup>. Nesse sentido, o fenômeno brasileiro nos serve de expressão material da forma de organização do capital nesse momento de aprofundamento de sua crise estrutural. Cada formação social específica, com seu estágio de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção, da luta de classes, oferece condições particulares para que o capitalismo em crise se concretize, bem como suas manifestações ideológicas correspondentes. Ao mesmo tempo em que temos pontos de contato com o fenômeno húngaro, filipino, indiano, o bolsonarismo tem suas especificidades em relação aos governos de Orban, Duterte e Modi. Esse, inclusive, será um dos aspectos a serem tratados, como argumento para aplicação ou inadequação da categoria central em discussão no livro, o fascismo.

Encontramos, ao longo dos capítulos, a mobilização do que de melhor se produziu, nos últimos cem anos, sobre o fascismo histórico. Aspectos que serviram para a elaboração conceitual a seu respeito, tanto quanto a teoria produzida, em permanente contraste com os fundamentos marxistas da análise histórico-política, são conjugados de lado a lado do debate, buscando o objetivo fundamental do exercício de reflexão, que é fornecer os elementos mais acurados para a construção de uma intervenção política ajustada.

---

<sup>1</sup> Antonio C. Mazzeo, tratando da conexão entre a parte e o todo que para apontar demonstrar como autocracia burguesa é a objetivação histórica, em suas especificidades, do modo de produção capitalista. MAZZEO, A. C. **Estado e Burguesia no Brasil – Origens da Autocracia Burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.

Temos assim uma compilação de textos que, mesmo não partilhando uma mesma posição em relação à adequação do uso de *fascismo* para o bom entendimento do bolsonarismo, convergem no sentido de buscar os elementos constitutivos da forma clássica, contrapor o que é replicado na atual conjuntura, o que está ausente, e de posse de uma densa base teórica, verificar se o saldo final é positivo ou negativo. É perceptível que o ponto de corte, geralmente, se estabelece na identificação de quais elementos presentes permitem o uso, ou, de forma contrária, o que não se encontra na situação contemporânea que inviabiliza a operação. O primeiro movimento, contudo, é a estabilização da comunicação, ou seja, definir o que significam os termos mais gerais que norteiam o debate: autocracia, bonapartismo e fascismo. Essa é a tarefa cumprida pelos capítulos de Antonio Carlos Mazzeo, Paulo Barsotti e Marcos del Roio.

O ponto de partida de Barsotti é a polêmica de Marx com os hegelianos de esquerda, embate responsável por trazer à luz os alicerces de uma teoria do Estado em que este se conecta a uma sociedade civil que lhe corresponde. Este trajeto remete o debate à teoria original do bonapartismo, localizando, nesse marco teórico, as orientações que devem balizar a discussão sobre a correspondência dos processos políticos contemporâneos com o fascismo. O autor sublinha como o pensamento político moderno é saturado de politicismo, uma hipertrofia idealista da racionalidade política. Apontamento que parece muito apropriado para interpelar parte dos escritos que movimentaram o debate nos anos de bolsonarismo; setores relevantes empenham todas as forças em uma vitória eleitoral, ao passo que trocaram Godot por um coup d'Etat que nunca chega, porque golpes não dependem de gestos de vontade do golpista em chefe. Napoleão pretendeu ignorar os homens de negócio que prepararam seu golpe, e foi suprimido, como os jacobinos; ou como a certa altura, os militares da ditadura. São processos que evidenciam, de forma eloquente, que golpes e ditaduras só ocorrem e são mantidos, quando sustentados por forças da sociedade civil que buscam defender seus interesses por essa via – e que têm poder para tanto.

O retorno ao bonapartismo original põe em evidência as bases sociais de um governo, ressaltando as necessárias conexões entre uma determinada sociedade civil e sua forma específica de Estado. Atenta aos movimentos em falso que levaram a governos

recalcitrantes, a burguesia que se torna poder político vai aperfeiçoando as formas de realizar a dominação, sem perder de vista a correlação de forças. O ápice desse aprendizado em movimento é o enfrentamento ao proletariado em 1848, e o bonapartismo se faz, portanto, a forma clássica do poder burguês contrarrevolucionário. A revisão do entendimento marxista do bonapartismo, nesses termos, nos oferece a estrutura do Estado que serve ao fascismo.

Em conexão direta com essa revisão histórico-conceitual, Mazzeo parte do fenômeno fascista originário, seus condicionantes e determinantes, os traços de sua expressão no tempo, para aportar nas determinações mais recentes do modo de produção capitalista que formataram a atual expressão autocrática como necessidade histórica. O ponto de partida é a constatação de que o fascismo resulta de atraso do desenvolvimento capitalista, que por isso segue trajetória por uma via de objetivação tardia e pelo alto, dando guarida a uma burguesia transformista e autocrática, efetiva a unidade nacional e a modernização reacionária, na perspectiva de uma contrarrevolução permanente. O argumento recupera, então, a crise do capital, que a partir da década de 80 do século passado, impõe a ofensiva contra as conquistas que a classe trabalhadora alcançou com suas lutas. As experiências de social-democracia tardia, na América Latina, não lograram manter suas bases sociais para resistir no poder por mais do que uma década, inviabilizando tentativas desse campo político de suavizar os impactos da ofensiva neoliberal. A conciliação de classes, a despolitização e desmobilização compõem o cenário da expressão brasileira dessa vaga, desarmando a classe trabalhadora diante da ofensiva armada por setores do capital para se livrar de uma coalizão que não mais atendia seus propósitos. Nesse ambiente, Bolsonaro emerge como representante das frações burguesas que buscam recomposição das forças, no teatro de operações da crise.

O texto de Barsotti ordena o referencial teórico do movimento que Mazzeo ilumina na concretude histórica. Ao papel do segundo Bonaparte, corresponde o Bolsonaro de 2018, unindo o interesse burguês ao moralismo que angaria apoio popular. Em contrapartida, as organizações da classe trabalhadora se mostram frágeis e incapazes de compor seu bloco. A conclusão, em notas de apoteose, é que a combinação de ofensiva neoliberal e conservadorismo moral que lapida o neofascismo, é expressão ideológica da fase decadente da ordem do capital. Em caso de acerto das previsões do autor, às dores

de atravessar essa época rica em manifestações bizarras de retrocesso, corresponde dialeticamente a decadência de um modo de produção assentado na destruição de vidas e do planeta.

Marcos del Roio, por seu turno, demarca tanto a consolidação do regime fascista em suas diferentes fases, como a distinção entre tipos de fascismo, que apresentou variedade mesmo em seu momento clássico. O corte opera uma demarcação entre fascismo *strictu senso*, apoiado em um partido de massas, e fascismo católico, em que a ausência de tal partido é suprida pela Igreja. A exposição desse traço é relevante para refletir sobre a expressão atual da ultradireita, que dispensa o partido de massa. Se a Espanha franquista supriu essa ausência com a Igreja Católica, qual seria o operador político reacionário do Brasil contemporâneo? Recuperando a consolidação histórica do fenômeno, o momento de emergência do fascismo católico coincide com a aurora de um Brasil moderno, nos anos 1920, ocasião em que tiveram papel de destaque os “teóricos do autoritarismo brasileiro”. Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Francisco Campos, emblemáticos porque a um só tempo, autores e atores, atuaram entre os responsáveis pela organização de um Estado moderno, adequado à condução da via prussiana colonial nas novas condições de uma estrutura de classes que vinha se diversificando, mas não encontrava contrapartida na institucionalidade do Estado oligárquico. Como reflexo ideológico desse momento fundacional, emerge a questão da identidade nacional, exigência de uma revolução burguesa que se aprofunda, e não é fortuito que o tema apareça tanto na segunda fase do modernismo quanto nas obras clássicas do pensamento social brasileiro que são publicadas no período. A bacía modernista comporta tanto o Pau Brasil e a Antropofagia, quanto o Verdeamarelismo, que em seguida se tornará uma nascente do Integralismo, um arremedo “curupira” de fascismo<sup>2</sup>, incapaz de se institucionalizar como força auxiliar do Estado Novo.

---

<sup>2</sup> Em 1927, ainda no bojo do modernismo que floresce com a Semana de 22, e antes da conformação do Integralismo, Plínio Salgado publica, com Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, “O Curupira e o Carão”, espécie de programa de sua versão de nacionalismo. A referência serve para Gilberto Vasconcellos dar título a seu trabalho sobre o Integralismo, pouco antes de José Chasin publicar a sua. VASCONCELLOS, G. **A Ideologia Curupira**. São Paulo: Brasiliense 1978; CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

Del Roio aponta como a década de 30 testemunha o amadurecimento desses processos, resultando na organização das forças que buscaram dar andamento às variações de revolução burguesa até então gestadas. A vertente nacional-democrática germina como Aliança Nacional Libertadora, a conservadora autoritária se apresenta como Ação Integralista Brasileira. Com a inviabilidade da via liberal americanista, a burguesia hipoteca seu apoio à solução corporativista, que acelera seu andamento com o golpe de 1937. A presença burguesa no bloco de poder temperou o corporativismo resultante, marcando alguma distância dos programas de autoritários e católicos, mais fiéis à matriz europeia. O Estado Novo oferece, nesses termos, um caso propício para o exercício, sugerido por todos os autores dessa coletânea, de identificar os traços mais relevantes do fenômeno e contrastá-lo com as características definidoras do fascismo histórico, visando chegar a bom termo sobre a possibilidade de o específico se adequar ao abrangente. Del Roio sumariza algumas das mais relevantes interpretações clássicas do fascismo, em seu momento de desenvolvimento e realização: Talheimer, Trotsky, Togliatti, buscando um denominador comum que nos possibilite esse contraste. A dificuldade e a incerteza na apreensão da natureza do fenômeno implicaram indefinição nas formas de enfrentá-lo, em seu momento clássico, e essa deve ser uma das mais relevantes lições históricas que o estudo do fenômeno, em seu contexto original, deve oferecer. Aos que se preocupam com a conjuntura, é a confirmação de que a atenção dispensada ao rigor conceitual é mais do que uma discussão bizantina.

No que se refere aos aspectos ideológicos do fenômeno em tela, Lincoln Secco escava as raízes da fixação dessa nova direita com Gramsci. Encontra, no caminho, os serviços de inteligência buscando nova ocupação, em razão do gradual desmonte do aparato de repressão constituído após o AI-5. Nesse esforço de personagens em busca de um autor – ou enredo – acabaram se deparando com discussões a respeito do dirigente sardo, no final dos anos 70, e é essa a origem do ruído sobre o comunismo dominar a sociedade penetrando na cultura de forma geral. Às distorções produzidas pelos eurocomunistas, nesse momento, acrescentaram mais uma demão de deturpações, o que contribuiu sobremaneira para que Gramsci, hoje, seja alvo de incompreensão à direita e à esquerda.

Secco demonstra, historicamente, como a forma, a linguagem e as táticas do bolsonarismo, replicam o padrão fascista de exaltação do homem médio e seu rosário de preconceitos, através da elevação do senso comum à condição de filosofia. Em virtude de sua impressionante semelhança com o que temos vivido no Brasil da última década, é sem dúvida digno de nota a menção à passagem sobre o *lorianismo* de que tratou Gramsci. A falta de crítica consequente, em um sistema cultural permissivo, possibilitou a permanência dessa forma de embuste auto-reverente na vida cultural. Parece oportuno refletir sobre a postura que mimetiza a dinâmica de redes sociais, e misturando a máxima do marketing com a lógica de algoritmos, há quem acredite que simplesmente fingir indiferença fará um fenômeno desaparecer.

Contrária ao uso displicente do termo, que acaba servindo como injúria e perde valor como conceito, Marly Vianna escreve em favor da classificação mais cautelosa e restritiva. Sua preocupação anda emparelhada com a discussão que se desenvolveu nos anos 1950/60, retomada posteriormente nos 90, que buscava critérios mais rígidos para a definição conceitual de fascismo – o que exclui os casos, em outros termos aceitos, do franquismo e do salazarismo, tanto quanto as experiências brasileiras de 1937 e de 64. Suas análises apontam, nesse sentido, ser improvável que o fascismo clássico reapareça; o que não exclui a possibilidade de que ressurja, em nova roupagem, a forma violenta de defesa do interesse do capital monopolista e financeiro.

Da forma como Vianna compreende o núcleo das questões associadas a esse problema, o debate deve se ocupar com entender como essa extrema direita pode ser recebida como resposta aos anseios e necessidades populares, buscando a linguagem adequada para comunicar programa efetivamente popular com seu conteúdo de saúde, educação e liberdades democráticas. É com essa preocupação, que não lhe parece útil se forçar uma aproximação entre o que temos hoje, e o fascismo histórico.

O capítulo de Milton Pinheiro tem preocupação semelhante, ainda que chegue a conclusões distintas, em certo sentido. Seu argumento cumpre o relevante expediente de trazer à memória o equívoco da Internacional Comunista, que em seu V congresso chegou a definições que subestimaram o fascismo; o resultado trágico dessa miopia interpretativa, ressalta de maneira clara o fio condutor de todas as análises compiladas neste livro: a análise com esmero orienta a linha política ajustada. A má interpretação da

dinâmica política vivida nos últimos dez anos, suas manifestações ideológicas e seus reflexos no andamento da luta de classes, têm orientado inadequações e vacilos que nos trouxeram ao estágio em que nos encontramos. No 2013 brasileiro, que surgiu com demandas justas, a direita venceu a disputa pelo controle ideológico da massa. O que escapa aos que delimitam o marco zero da tragédia brasileira em 2016, e tratam a movimentação que remetia a três anos antes como uma grande manipulação de conspiradores, é que sem insatisfação popular, não há manipuláveis a serem capturados.

Pinheiro é preciso ao apontar como o novo bloco no poder se articula para ocupar o aparelho de Estado, após Temer, e na falta de um representante burguês de estirpe, alçam o agitador da lumpen burguesia ao poder, em 2018. Esse movimento fez emergir de forma inequívoca o neofascismo brasileiro e suas pautas, que cumprem o papel ideológico ordinário de ocultar os interesses materiais que são atendidos. Embora contenha alguns de seus traços, nossa versão nativa não reproduz as características do fenômeno histórico europeu – o que, em parte, resulta da incapacidade de seus próceres. Ambos, o original e a reprodução farsesca, advêm da derrota estratégica da classe trabalhadora, e se trata de uma política ligada à ordem do capital monopolista, que tem no Estado o elemento operativo da reprodução do capital.

Anita Prestes abre seu argumento reforçando que nem todo autoritarismo se encaixa na categoria fascismo; este se liga à configuração do imperialismo como formação do capital financeiro, o que não é uma característica exaustiva. Nesse sentido, aponta como em Dmitrov, Gramsci, Zetkin, clássicos da resistência teórica combinada à ação política, o fascismo é uma solução violenta para uma burguesia em condições desfavoráveis na luta de classes, incapaz de conduzir seus interesses pela via institucional. Atraiu as massas angustiadas com a crise, a um só tempo desiludidas com o reformismo socialdemocrata e a falta de combatividade do comunismo. O fascismo é, em sua visão, uma contrarrevolução, e sua versão latino-americana cumpriu o papel de debelar o efeito de contágio da Revolução Cubana, salvando o capitalismo dependente e encaminhando para sua inserção no circuito internacional do capitalismo monopolista dependente. Recuperando Schafik Handal e Florestan Fernandes, Prestes trata 64 como uma versão latino-americana de fascismo, e com essa régua avalia o momento presente. Conclui que a expressão atual da extrema direita tem o intuito, mas não a força para ser um fascismo

redivivo. O bolsonarismo, que despontou em 2014 com a politização dos quartéis, tornou-se viável com a reedição da associação entre militares e grande capital, declarando abertamente a intenção de instaurar um regime de corte fascista; ainda não foi capaz de articular uma coalizão que sustente essa agenda.

Luiz B. Pericás, acompanhando Marly Vianna, vê no uso público de “fascismo” mais um ataque do que uma classificação, ficando ausentes as considerações sobre a natureza do Estado, o fundamento econômico ou doutrinário, a composição social e a estrutura institucional. Sua tese central é que, muito do que se chama de fascismo hoje em dia é, na verdade, adaptação para a conjuntura presente de traços típicos da nossa história. Pericás, como os demais que rejeitam o uso do termo, é rigoroso nas especificidades do fenômeno, observando que, no Brasil atual, temos desindustrialização, ausência de estrutura corporativa organizando a classe trabalhadora, não há controle das demais instituições nem da imprensa, e o referencial ideológico é ultraindividualista. Cada um desses aspectos constitui ocorrências que se contrapõem aos traços marcantes do fascismo clássico. Os que acatam o uso do termo, parecem se apegar à natureza do Estado, e como ele atende a seus propósitos encontrando equivalentes funcionais para cumprir os papéis que, no fascismo, foram executados por vias distintas.

Seguindo por esse registro, os apoiadores de Bolsonaro também são qualitativamente distintos dos fascistas originais, pois nenhum representante do grande capital monopolista compõe o governo, ou mesmo declara publicamente seu apoio. O núcleo da tese de Pericás é que não precisamos ir à Europa do entre guerras buscar uma referência, é em nossa própria história de conformação da autocracia burguesa, com seus episódios de arbítrio e violência, que iremos encontrar as origens e características desse governo atual. É adequado, portanto, fazer um balanço das proximidades e distâncias entre um determinado fenômeno e o fascismo histórico, para concluir sobre o que pesa mais na decisão de usar ou não a categoria.

Encerra a coletânea de análises o texto de Gabriel Fazzio, que aponta a deficiência de se apegar à definição de Dmitrov para tratar o que atravessamos no presente. Restringir o escopo às características que o fascismo compartilha com o bonapartismo, não capta sua especificidade, um movimento reacionário de massas. Mesmo reconhecendo que

havia um movimento<sup>3</sup> de fascistização em curso, desde 2014, é notório que faltou o amadurecimento para que o processo se tornasse institucionalidade. A eleição de Bolsonaro poderia ter sido o catalisador para formalizar essa conclusão, mas as limitações do grupo político formado foram obstruções para que a serpente abandonasse a casca. Sua revisão crítica de 2013 fornece subsídios para estabelecer contraste com os equívocos de leituras com razoável penetração nas interpretações dos antecedentes do bolsonarismo. Idealizando os governos Lula e Dilma, creditando o surgimento do fascismo à manipulação das massas nos processos de 2013, são incapazes de reconhecer a instabilidade histórica da conciliação de classes. Nessa chave, eximem o período petista de qualquer passo em falso, e retratam o período como se um Guido Orefice estivesse descrevendo o Brasil ao pequeno Giosué. Sendo a experiência social-liberal livre de equívocos, se preparam para repetir os mesmos erros, como estratégia de superação do Bolsonarismo pela tática da composição com setores que, sempre que necessário, se livram dos aliados incômodos com alguma modalidade de golpe. Acompanhando Lenin, lembra como as explosões espontâneas das massas carregam consigo elementos atrasados, e com Gramsci, aponta a irresponsabilidade dos setores organizados que fogem à tarefa de inseri-los na luta política de forma consequente.

A obra em foco é mais um afluyente a subsidiar o debate, que ainda se desenvolve, a respeito das manifestações ideológicas autoritárias e sua relação com o Brasil moderno, como forma de compreender sua forma atual, o bolsonarismo, e como, por baixo de todo o entulho grotesco e caricato, essa é a forma possível de uma fundação estruturante muito mais profunda. O amálgama de picaresco e mórbido que nos encontra, a um tempo, perplexos e enfatiados, é a concretização histórica da autocracia burguesa, no contexto atual de crise do capital e correspondente crise de hegemonia do imperialismo norte-americano. É a única alternativa disponível a uma burguesia periférica dependente, que desde o processo de sua formação, trilhou o caminho da via prussiana colonial, com todos os traços de exercício exclusivo e bruto do poder que esse caminho apresentou, ao longo de nossa história.

Os trabalhos aqui compilados ostentam uma clara conexão através do diálogo, que substitui de forma rica o acordo unânime. Mais do que correspondências casuísticas, há uma identidade fundamental: o fenômeno objeto constitui um enorme retrocesso para a democracia brasileira, com o custo mais elevado se abatendo sobre a classe trabalhadora, como é de praxe. Se há evidência de divergências teórico-conceituais, ela deriva de um acordo fundamental quanto à urgência de uma análise acurada, como passo imprescindível para calibrar a tática de superação desse estágio.